

AS ABORDAGENS DAS TEMÁTICAS ÁGUA, BACIAS HIDROGRÁFICAS E RECURSOS HÍDRICOS NA OBRA PANORAMA GEOGRÁFICO DO BRASIL

Approaches of the thematics: water, watersheds, and water resources in the work' geographical panorama of Brazil

Vicente Passaglia Pereira Cantanhede*
Raul Reis Amorim**

* Acadêmico do PPG em Geografia UNICAMP – vicentppc@gmail.com.
** Docente do PPG em Geografia UNICAMP – raul_reis@ige.unicamp.br.

Recebido em 13/08/2018. Aceito para publicação em 25/08/2018.
Versão online publicada em 20/11/2018 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo: A abordagem dos livros didáticos reflete e traduz as políticas curriculares e as concepções escolares de cada época. No caso dos livros didáticos de Geografia, isto é bastante perceptível quando se compara uma mesma obra que apresenta diferentes edições. Este trabalho tem como objetivo analisar como a obra *Panorama Geográfico do Brasil*, escrita pelo professor Melhem Adas e editada desde a década de 1980, tem tratado as temáticas físico-naturais ao longo de todas as suas edições. Para atender ao objetivo proposto, este trabalho adotou duas etapas: a primeira, foi inventariar como as temáticas ligadas a água, bacias hidrográficas e recursos hídricos são tratadas em cada uma das edições; e segundo, verificou-se que mudanças nas concepções da Geografia Escolar ao longo das últimas três décadas influenciaram a concepção das abordagens dos conteúdos.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino de Geografia; Geografia Física

Abstract: Textbooks approaches convey and translate the curricular policies and school concepts of each era. In the case of Geography textbooks, this can easily be perceived when comparing different editions of the same work. The present article aims to analyse how the textbook “Panorama Geográfico do Brasil”, written by the professor Melhem Adas and edited since the 1980s, has been addressing physical-natural themes throughout all its editions. In order to achieve this goal, this study adopted two phases: firstly, we inventoried how themes related to water, watersheds, and water resources are discussed in each one of the editions; secondly, we verified how changes in the concepts of School Geography along the last three decades have influenced the conception of the content approaches.

Key-words: Textbook; Geography Teaching; Physical Geography

1. Introdução

A abordagem dos livros didáticos reflete as políticas curriculares e as concepções escolares de cada época. Tal afirmação é corroborada na obra de Freitag, Motta e Costa (1987) que ao fazerem o “Estado da Arte do Livro Didático no Brasil” afirmam que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Para as autoras:

Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (...). Essa história da seriação de leis e decretos somente passa a ter sentido, quando interpretada à luz das mudanças estruturais como um todo, ocorridas na sociedade brasileira, desde o Estado Novo até a Nova República. (FREITAG, MOTTA e COSTA, 1987, p. 5).

E, no caso dos livros didáticos de Geografia, este contexto não é diferente, considerando que o conhecimento produzido pela Geografia Acadêmica se reflete na Geografia Escolar ao longo do tempo.

Moraes (2011) diz que a Geografia Acadêmica e a Geografia Escolar formam uma unidade, mas

consideram suas distinções. A autora ainda afirma que o conhecimento do meio acadêmico não é aplicado de forma explícita na educação básica, pois mesmo com as insolúveis relações entre esses campos do conhecimento, ambos os saberes atendem a finalidades distintas.

É importante destacar que a Geografia Escolar é o campo do conhecimento que mantém estrita relação com a disciplina Geografia na escola, e parte da premissa da formação inicial dos professores, na qual se interligam:

(...) a Geografia acadêmica e a Didática da Geografia, e a Geografia escolar já construída e o contexto educativo com destaque para a cultura escolar. O ensino das temáticas físico-naturais realizado na educação básica relaciona-se com todos esses elementos; portanto, para ensinar este tema na escola, não é suficiente que o professor seja um especialista em Geografia (MORAES, 2011, p. 38).

No que tange às temáticas relacionadas à Geografia Física ao longo do tempo as relações existentes entre a Geografia Acadêmica e Geografia Escolar passaram a se distanciar. Nota-se isso ao analisar livros didáticos anteriores a década de 1990, no qual verifica-se uma repetição de muitos conteúdos que hoje são vistos exclusivamente nas disciplinas da área de Geografia Física nos cursos de graduação.

Moraes (2011) ainda destaca que as discussões acerca da inserção dos conteúdos inerentes à Geografia Física nos livros didáticos deram-se no interior do movimento de renovação da Geografia, no Brasil, especificamente no final da década de 1980, e Tonini (2003) já afirma anteriormente que nos livros didáticos a abordagem tradicional da Geografia se materializa na inserção de conteúdos desconectados, evidenciando o caráter naturalista e enciclopédico até aquele momento sustentado pela Geografia. Como a renovação na Geografia Acadêmica não se deu na mesma velocidade que na Geografia Escolar, tais mudanças passam a ser notadas no Brasil nos livros didáticos de Geografia a partir da década de 1980.

Assim, a discussão sobre a Hidrografia, um ramo do conhecimento da Geografia Física segue a mesma tendência nos livros didáticos, e a veracidade desta informação está na análise de uma obra, o “Panorama geográfico do Brasil” de autoria do Professor Melhem Adas, que teve sua primeira edição publicada em 1980, derivada do livro Estudos de Geografia do Brasil, publicada em meados da década de 1970. Esta obra foi relançada pela Editora Moderna em mais 3 edições, com mudanças substanciais na estrutura do livro, forma de abordagem dos conteúdos e linguagens em 1985 (2. Edição), 1998 (3ª. Edição) e 2004 (4ª. Edição).

Tendo o exposto, o objetivo deste trabalho é analisar como a obra “Panorama Geográfico do Brasil”, escrita pelo professor Melhem Adas, tem tratado as temáticas físico-naturais ao longo de todas as suas edições, buscando identificar quais temáticas foram suprimidas ou acrescidas e as linguagens adotadas; como a publicação de documentos curriculares oficiais para o ensino de Geografia no 2º. Grau/Ensino Médio a partir da década de 1980 influenciaram as alterações nesta obra e, como ficam explícitas nas diferentes edições desta obra as mudanças nas concepções do fazer Geografia Escolar no final do século XX e início do século XIX.

2. Metodologia

Este trabalho é fundamentado pela metodologia da análise de conteúdo proposta por Krippendoff (1980). Para atender aos objetivos propostos realizou-se uma leitura sistemática de cada uma das edições, enfocando nas temáticas relacionadas a Água, Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas. A organização dos dados se deu a partir da construção de construindo uma matriz de categorização, conforme indica o modelo exposto na Figura 1, que tem como objetivo nortear as discussões em duas direções: linha: analisar a partir das categorias propostas como as temáticas são tratadas por edição, e identificar que concepções de Geografia influenciaram a produção de cada edição do livro didático; e coluna: verificar como cada categoria proposta evoluiu por edição da obra em estudo.

EDIÇÕES	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS DIFERENTES EDIÇÕES		ANÁLISE DAS DIFERENTES EDIÇÕES			
	Unidades Temáticas	Organização dos conteúdos	Conceitos abordados	Relações estabelecidas com outras temáticas da Geografia	Linguagens Utilizadas	Adição e/ou Supressão de conteúdos entre edições
1ª EDIÇÃO (1980)						
2ª. EDIÇÃO (1985)						
3ª. EDIÇÃO (1998)						
4ª. EDIÇÃO (2004)						

Análise temática entre as diferentes edições

Análise multicritério por edição

Figura 1 – Modelo de matriz de categorização para análise de conteúdo

3. Resultados e Discusstões

Este trabalho verificou como as temáticas relacionadas a água, bacias hidrográficas e recursos hídricos foram tratados na obra Panorama Geográfico do Brasil, de autoria do professor Melhem Adas, que foi lançada em quatro edições, e todas elas com reformulações na sua estrutura e forma de abordagem dos conteúdos, o que se reflete inclusive no título da obra

A primeira edição desta obra foi lançada em 1980, e apresentou o seguinte título: “Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos”. O livro foi dividido em três unidades, e compartimentado em capítulos: Unidade I - A situação geográfica do Brasil e o espaço natural, Unidade II – A população brasileira; e a Unidade III – O aproveitamento econômico do espaço brasileiro.

As temáticas de estudo propostas para este estudo foram tratadas nesta edição em duas unidades: Na Unidade I, no capítulo 2 – O litoral, as ilhas oceânicas e o Atlântico Sul, e no Capítulo 4 – As características da rede fluvial e as principais bacias hidrográficas. Já na Unidade III, tais temáticas foram discutidas no Capítulo 5 – As Fontes de Energia no Brasil e no Capítulo 7 - A integração territorial brasileira e a importância dos sistemas de transportes.

Ao analisar a estrutura do livro, verificou-se que o mesmo tem a influência da Geografia Tradicional na compartimentação do conteúdo programático: trata nos conteúdo da Unidade I dos aspectos físico-naturais com pouca relação entre os aspectos naturais e sociais e mesmo entre os demais componentes naturais, e na Unidade III, enfoca nos aspectos econômicos, tratando dos recursos hídricos a partir da perspectiva do aproveitamento econômico, sem estabelecer relações com as dinâmicas e processos naturais.

No capítulo II o autor aborda os conceitos utilizando predominantemente as descrições e o uso de análises quantitativas no que se refere ao estudo do litoral e das ilhas no Brasil. O autor diferencia o litoral brasileiro ao empregar conceitos específicos da Geomorfologia Costeira como baía, enseada, promontórios, além de propor uma compartimentação do litoral em três zonas: litoral setentrional, litoral oriental e litoral meridional.

Adas (1980) ao tratar sobre as ilhas brasileiras, as classifica em dois grupos: ilhas continentais (costeiras) e ilhas oceânicas (isoladas). Esta temática também é abordada de forma descritiva e valorizando o emprego de conceitos para diferencia-las. Além da abordagem descritiva, a obra usa fotografias em preto e branco para ilustrar algumas ilhas, além do uso de dados morfométricos para diferenciar as principais ilhas.

O livro apresenta uma descrição das características do Atlântico Sul, e apresenta algumas relações entre a interação oceano x continente. Adas (1980) usa além da linguagem textual descritiva, o uso de esquemas, mapas, modelos esquemáticos e fotografias para ilustrar o papel construtivo e destrutivo da dinâmica marinha no litoral. Em nenhum momento, o autor faz menção aos impactos

decorrentes do uso e ocupação dessas áreas pela população nas áreas costeiras ou por atividades econômicas, algo que era realidade no Brasil, se considerarmos que a ocupação do território brasileiro teve início no litoral e expandindo posteriormente em direção ao interior. Esta visão de estudo de litoral corrobora com as críticas estabelecidas por Castrogiovanni e Goulart (1988) no que se refere a abordagem dos conteúdos nos livros didáticos de Geografia publicados na década de 1980, pois estes deveriam deixar de ser apenas um compêndio de informações, e sim passar a dialogar com a realidade dos discentes e docentes. Os autores afirmam que:

o livro deve oportunizar a reformulação de ideias e conceitos anteriormente empregados, inclusive do próprio texto. Isto significa que a leitura do mesmo à luz da realidade, interpretando cada colocação, a partir do seu cotidiano, permitindo que professor e aluno utilizem suas vivências e experiências no sentido de contribuir para o entendimento da Geografia como ciência transformadora, assim como possibilitando uma imediata utilização e valorização deste campo do conhecimento (CASTROGIOVANNI e GOULART, 1988, p.19).

A sua forma de abordar os conteúdos e a linguagem adotada não muda no capítulo IV que trata das características fluviais e as principais bacias hidrográficas brasileiras. O texto baseia-se na diferenciação dos diferentes compartimentos dos sistemas aquáticos através de conceitos. O método comparativo é adotado nesta abordagem, pois o autor estabelece a partir de dados quantitativos uma comparação entre a quantidade de formações lacustres existentes no Brasil e nos demais continentes. O autor enfatiza que no Brasil a ocorrência de menor número de sistemas lacustres está diretamente relacionada a estrutura geológica do nosso território.

Diferentemente do capítulo II, o autor relaciona um aspecto natural, os rios, ao um fator econômico. Este se dá por conta da estrutura do relevo. Esta discussão se dá não apenas de forma textual, mas usando um fluxograma que facilita a leitura do discente. Além desta abordagem de correlação entre aspectos naturais e sociais, o autor recorre na apresentação de descrições para diferenciar cada uma das grandes bacias hidrográficas brasileiras. Para tal, o autor delimita o Brasil em quatro bacias hidrográficas principais: Bacia Hidrográfica Amazônica, Bacia Hidrográfica Platina, Bacia Hidrográfica do São Francisco e as Bacias Hidrográficas Secundárias, que são subdivididas em bacias do Nordeste, Leste e do Sudeste. Cada uma destas bacias hidrográficas foi descrita, apresentando utilizando da comparação e o uso de dados quantitativos, como por exemplo, a sua área em km², porcentagem em relação a área do país, extensão e descarga fluvial

A discussão de aproveitamento da água como um recurso hídrico, se dá na Unidade III quando o autor trata de fontes de energia e sistemas de transporte. O autor critica o pouco aproveitamento dos rios nos sistemas de transporte a partir da implantação de hidrovias. Além da linguagem textual, o autor usa um fluxograma para mostrar as vantagens de utilizar mais hidrovias e menos rodovias e ferrovias.

No que tange ao potencial hidráulico do Brasil, o autor faz uma descrição das características das principais hidrelétricas instaladas no país. O autor usa a linguagem estatística para abordar esta temática, quando apresenta dados quantitativos em forma de gráficos. Dentre os gráficos organizados, o autor correlaciona potencial hidrelétrico x potência instalada; e a comparação entre as fontes de energia hidráulicas e térmicas. Uma abordagem interessante, foi a utilização da contextualização histórica quando o autor trata das usinas hidrelétricas. Ele faz menção ao Código de Águas em 1934 e a criação do Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica junto com a Divisão de Águas do Departamento Nacional de produção Mineral em 1939. Esse último órgão era responsável pela fiscalização da atividade elétrica até 1960, quando surgiu o Ministério das Minas e Energias.

A abordagem da produção de energia hidrelétrica é essencialmente econômica. Não discute possíveis impactos decorrentes da construção de usinas hidrelétricas, e nem as relações entre as estiagens e o armazenamento de água nos reservatórios. A discussão foca na distribuição de energia por setores econômicos e serviços: industrial, residencial, comércio e iluminação pública, poderes públicos e outros. Além da linguagem textual, o autor usa a linguagem gráfica, apresentando dados do ano de 1975.

A segunda edição de 1985, não apresentou mudanças no título do livro e nem a estrutura de

organização dos conteúdos. O que se percebeu foi que houve uma melhoria na linguagem gráfica dos mapas. No que se refere a forma de abordagem dos conteúdos e das linguagens aplicadas, o autor continuou a seguir as influências da Geografia Tradicional, que presava pelo emprego de conceitos, de uma linguagem descritiva e adotou apenas como influência da Geografia Quantitativa o uso de dados quantitativos e da linguagem estatística com uso de tabelas e gráficos. Constatou-se que não houve nenhuma mudança significativa: a forma de apresentação dos conteúdos ficou praticamente a mesma, mudando apenas a forma de representação dos mapas, que passaram na 2ª. Edição passaram a ser coloridos e ganham uma escala gráfica. Ainda ficam ausentes algumas convenções cartográficas e as coordenadas geográficas.

Esta melhoria na qualidade gráfica da obra com a segunda edição é uma tendência que é apontada por Schäffer (1988) ao afirmar que a partir do início da década de 1980 tem ocorrido significativa melhoria gráfica dos livros didáticos. Tal melhoria fez com que se estabelecesse uma concorrência entre o livro didático nacional e o livro didático estrangeiro. O autor destaca que esta melhoria se deu apenas no âmbito gráfico, ainda sendo restrita a preocupação com a reformulação dos conteúdos selecionados, e, sobretudo, com sua abordagem.

Já na década de 1980, o autor mostra em seu trabalho que os estudiosos da Educação têm apontado as críticas no sentido da transformação e melhoria do livro didático. Neste momento, não se pregava a sua abolição ou extinção, através da substituição por recursos alternativos para o ensino de Geografia de forma permanente.

A terceira edição foi batizada de “Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais”. Esta foi totalmente reformulada, baseando-se nas mudanças ocorridas na Política Educacional Brasileira com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei número **9.394, de 20 de dezembro de 1996**) e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Tonimi (2003) diz em seu trabalho que é neste momento que as categorias utilizadas pelas pelo marxismo são empregadas na Geografia escolar rompendo com as formas tradicionais de análise do espaço geográfico, trazendo a ideia de espaço social, fundamentada em uma perspectiva economicistas. No que se refere à natureza, os aspectos naturais aparecem nos livros didáticos de forma articulada, vinculados aos aspectos econômicos e sociais, sendo estudado a forma como a sociedade se apropria da natureza.

O contexto apontado por Tonimi (2003) aparece de forma clara na nova estruturação do livro: o livro passa a ser compartimentado em quatro unidades: Unidade I – A produção do espaço geográfico no Brasil e a sua inserção no capitalismo mundial; Unidade II – Brasil: industrialização e meio ambiente, globalização e neoliberalismo; Unidade III – Os aspectos físicos do território, seu aproveitamento econômico e o meio ambiente; e Unidade IV – A dinâmica populacional brasileira e a urbanização.

Além da estrutura, notou-se uma mudança substancial na forma de abordagem dos conteúdos. Estes passaram a ser contextualizados, adotando sempre uma categoria conceitual da Geografia para sua discussão: espaço geográfico, território, região ou paisagem. Diminui-se a influência da quantificação e ganha força a abordagem histórico-dialética.

A temática referente a água, bacias hidrográficas e recursos hídricos ganha uma nova roupagem. Esta temática apreço articulada as questões sociais, sempre estabelecendo uma abordagem mais crítica ao capitalismo e ao avanço desordenado das grandes cidades. No que se refere as mudanças na linguagem, destaca-se: a melhoria na confecção e resolução de gráficos, figuras, esquemas e mapas, estes sempre coloridos. Tais recursos não são usados apenas para complementar as descrições, e sim, passam a ser um elemento essencial para a explicação da dinâmica e dos processos geográficos.

Suprimiu-se nesta edição os capítulos que tratam de litoral, sistemas fluviais e bacias hidrográficas. O litoral e o Atlântico Sul são conteúdos suprimidos e a questão dos recursos hídricos e bacias hidrográficas passam a ter uma nova abordagem.

A primeira discussão sobre a temática água aparece no Capítulo 10 – Indústria e meio ambiente, contido na Unidade II. Destaco aqui a figura que contextualiza a água como um componente natural não isolado, mas interagindo com os demais sistemas naturais da esfera terrestre (Hidrosfera, Atmosfera, Litosfera e Biosfera). Este modelo esquemático é adotado para abordar o ciclo hidrológico, conteúdo que não era tratado nas edições anteriores. No que se refere a água, esse capítulo trabalha

principalmente da poluição das águas através das indústrias. A abordagem sobre esta temática mudou substancialmente: deixa-se de lado as extensas descrições que objetivava uma diferenciação de áreas (trechos do litoral, ilhas, bacias hidrográficas) e abordam os oceanos e rios dentro de um contexto de uso econômico e social: como fonte de recursos minerais como petróleo, ouro e outros minerais, contextualizando com impactos ambientais decorrentes da sua apropriação, desde a poluição e o lixo industrial decorrentes da exploração por grandes corporações, como os impactos sociais de áreas de garimpo. A correlação entre a indústria e a questão dos recursos hídricos é contemporânea, e está presente no cotidiano dos alunos nas cidades.

Na Unidade III, no Capítulo 18 – As fontes de energia no Brasil (II): os recursos hídricos, a hidroeletricidade, a termoeletricidade (nuclear) e o meio ambiente, a compartimentação das bacias hidrográficas sofreu modificações. Este mapa sofre mudanças substanciais: não apenas representa a compartimentação das bacias hidrográficas, mas apresenta a localização das principais usinas hidrelétricas e também indica o potencial hidrelétrico em operação/construção, inventariado e estimado. Este mapa mostra como romper com uma visão dicotômica entre a Geografia Física e a Geografia Humana na escola: mostra como é possível fazer uma associação entre os aspectos naturais e sociais no território.

Outras abordagens importantes presentes nesta edição: (a) a escassez dos recursos hídricos frente as ações antrópicas e as questões climáticas; (b) o uso dos recursos hídricos e as questões ecológicas, políticas e econômicas. Nesse aspecto, o autor evidencia nos textos uma abordagem mais ligada aos controles políticos e econômicos no uso e aproveitamento econômico da água por diversas sociedades ao longo do tempo, inclusive gerando disputas e/ou confronto quando a interesse de dois ou mais países.

Outro destaque é a abordagem diferenciada para a temática das hidrovias. Adas (1998) relaciona a discussão das hidrovias e hidrelétricas, os impactos ambientais. O autor destaca: destruição das matas ciliares, desmoronamento das margens, assoreamento do leito fluvial, poluição do combustível das embarcações, despejo de dejetos humanos.

Essas mudanças na abordagem dos conteúdos e na linguagem na obra Panorama Geográfico do Brasil tem estrita relação com que afirma Tavares (2010) ao mostrar:

A relevância desta reflexão está diretamente associada ao processo de construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que possibilitou uma ruptura entre as iniciativas do Estado e das associações científicas na discussão de parâmetros para o ensino brasileiro. Tal processo estendeu-se às políticas dos livros didáticos. Em fins dos anos de 1990, as concepções teóricas, os métodos de trabalhos, a linguagem utilizada na confecção dos livros didáticos passaram a ser orientadas conforme as diretrizes dos PCNs.” (TAVARES, 2010, p.23).

Esta influência se manteve na quarta edição em 2004. A estrutura do livro manteve-se. Ocorreu apenas algumas alterações na abordagem do conteúdo. Foram suprimidos conceitos que o autor abordou nas três edições anteriores como a diferenciação entre rios de planaltos e planícies. O autor reforça a sua opção por um pensamento crítico ao capitalismo frente aos danos ambientais e deixa de lado a linguagem e abordagem técnica e descritiva das duas primeiras edições.

A abordagem da temática água fica mais restrita as questões sociais e políticas e menos econômicas como nas outras três edições. Aparece uma discussão bastante pertinente sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, a gestão de águas e uma nova divisão das bacias hidrográficas conforme a Agência Nacional das Águas (ANA). No que tange às demais temáticas, o autor manteve a mesma abordagem e linguagem.

4. Considerações Finais

Ao analisar as quatro edições da obra “Panorama Geográfico do Brasil” pode-se perceber uma ruptura na Geografia Escolar: anterior a década de 1990, onde os conceitos e fundamentos da Geografia Tradicional e da Geografia Quantitativa estavam presentes na produção dos livros didáticos,

e um segundo momento: quanto a renovação da Geografia Brasileira, que teve seu marco no encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros de 1979 ocorreu na Geografia Acadêmica demorou ainda uma década para iniciar a influenciar a Geografia na Escola.

A renovação na Geografia Escolar é materializada a partir de grandes debates que culminaram na publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento essencial que influenciou todo o mercado editorial de livros didáticos no Brasil, trazendo consigo uma nova abordagem dos conteúdos referentes a água, bacias hidrográficas e recursos hídricos: estes não mais isolados e dissociados das demais temáticas da ciência geográfica: seja articulando-se com os demais componentes naturais, seja mantendo relações com os diferentes meios de produção das sociedades.

5. Agradecimentos

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por financiar as discussões teóricas desta pesquisa (Processo Fapesp nº. 2016/0007-3). Agradecemos também à CAPES pela bolsa de mestrado e financiamento direto à esta pesquisa.

6. Referências

ADAS, M. *Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos*. São Paulo: Moderna, 1980.

ADAS, M. *Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1985.

ADAS, M. *Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

ADAS, M. *Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, B. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 16, p. 17-20, out., 1988.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R. O estado da arte do livro didático no Brasil. Brasília: INEP, 1987.

HOLSTI, O. R. *Content analysis for the social sciences and humanities*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1969.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis. Beverly Hills*. California: Sage Publications, 1980.

MORAES, E. M. B. *O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia Escolar*. 2011. 310p. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SCHÄFFER, N. O. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 16, p. 03-16, out., 1988.

TAVARES, G. C. *A Geografia Crítica e o livro didático: subsídios para um debate*. 2010. 87p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Instituto Federal Fluminense, 2010.